

QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E PEDIATRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA E CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

Suzérica Helena de Moura Mafra(1)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL/UFRN

Assistente Social Residente (1) do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL, Brasil), na área de concentração Saúde da Criança -

suzerica.h@gmail.com

Resumo: O presente estudo trata-se de um relato de experiência, a partir da inserção da autora enquanto Assistente Social – Residente no serviço de Pediatria do Hospital Universitário Onofre Lopes, em Natal/RN. O ensaio teórico foi construído à luz do método materialista histórico – dialético e teve como recursos metodológicos a análise documental, bibliográfica e de campo. Objetivou primordialmente analisar da relação entre Serviço Social, Questão Social e Pediatria e contribuir com o debate teórico do serviço social na Saúde. Os resultados revelam que a relação proposta existe, tendo a Questão Social como seu fio condutor, e que as demandas se constituem como expressões da Questão Social, aparecendo sob formas cada vez mais complexas como produto do contexto de grave negação de direitos, sobretudo em tempos neoliberais, impactando diretamente o exercício profissional do(a) Assistente Social no contexto hospitalar.

Palavras-chave: Questão Social, Serviço Social, Pediatria.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, é possível aferir as políticas sociais brasileiras, vem vivenciando um grave retrocesso na atual conjuntura neoliberal, o qual tem se processado com mais veemência a partir dos anos 1990, e nessa conjuntura, o Estado passa a intervir minimamente na economia, e esta passa a ser regulada pelo livre mercado. Dessa forma, esse processo tem incidido diretamente sobre o desmonte das políticas sociais e a desregulamentação dos direitos sociais.

Nesse contexto, o direito passa a ser compreendido como direito de mercado, e os serviços e políticas sociais nesse contexto tendem a ser focalizados e residuais, quando passam a ser fornecidos também pelo mercado, a quem o Estado tem transferido a responsabilidade deste provimento (BEHRING; BOSCHETTI, 2012). Ao discorrer sobre o impacto do neoliberalismo sobre os serviços públicos no Brasil, Foepel (2015) aponta duas formas de abstenção do papel social do Estado: uma, é através do deslocamento da condução dos serviços à iniciativa privada, e a outra se dá pela drástica redução de investimentos públicos nos serviços sociais.

A esse respeito, mencionamos o caso da Saúde no Brasil, que enquanto política pública e social integrante do tripé da Seguridade Social, vem sofrendo constantes ameaças, as quais podem ser observadas: na precarização dos serviços públicos de saúde; na abertura e fomento também por parte estatal do setor privado de saúde; do congelamento e cortes do financiamento; na redução da cobertura dos serviços públicos; e entre outras. Dessa forma, observa-se que esse movimento impacta diretamente nas condições de vida e de saúde da população, na medida que reduz a cobertura de atendimento, burocratiza o acesso, corta o financiamento e precariza os equipamentos públicos de saúde já existentes.

Assim, por conceber o âmbito da saúde como uma das áreas que mais emprega Assistentes Sociais historicamente, este estudo buscou analisar, dentro de suas condições, de que forma a questão da complexidade das demandas que se apresentam nesse contexto, se coloca aos Assistentes Sociais, trazendo a discussão para a realidade da Pediatria, considerando a particularidade do serviço, que atua com as refrações da Questão Social sob a forma de demandas, referentes às crianças e suas famílias.

Ademais, um outro objetivo deste relato, é de contribuir para a produção teórica do Serviço Social na Saúde, motivado pelo fato de terem sido localizados poucos estudos que relacionassem o exercício profissional dos/as Assistentes Sociais e a Pediatria.

De acordo com os atendimentos realizados pelo Serviço Social no cotidiano hospitalar, pode-se afirmar que o público da Pediatria do Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL é majoritariamente composto por crianças e famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Em cerca de 90% dos internamentos, as crianças são acompanhadas por suas genitoras, tias ou avós. A faixa-etária dos/as usuários/as é de 0 a 15 anos e 6 meses.

Esses dados são relevantes, sobretudo quando se considera que uma das particularidades do trabalho dos/as Assistentes Sociais na Saúde, e em especial na Pediatria, é que as intervenções não se realizam baseadas nos sujeitos em si mesmos e nem apenas no seu caso clínico que se mostra na realidade hospitalar, mas alcançam também suas famílias, sendo, portanto, intervenções complexas, que interferem diretamente no contexto social dos usuários.

Assim, o presente estudo foi construído como relato de experiência da minha inserção profissional enquanto Assistente Social Residente no Programa de Atenção à Saúde da Criança

(Pediatria) do Hospital Universitário Onofre Lopes – HUOL/UFRN, com início em março de 2017.

O estudo está estruturado em 4 sessões, sendo a *introdução* a sessão inicial, que busca situar brevemente a discussão; a segunda, denominada *metodologia*, apresenta os recursos metodológicos adotados para condução dessa produção teórica. A terceira sessão traz os *resultados e discussões*, a qual resgata a discussão acerca da Questão Social e seus dilemas atuais, bem como, articula teoricamente a relação entre Serviço Social, Questão Social e Pediatria, trazendo ainda um olhar sobre algumas demandas que chegam à Pediatria, articulando enquanto expressões da Questão Social, bem como, analisa também os principais desafios aos/as profissionais diante da conjuntura explicitada.

A quarta sessão, que diz respeito as *conclusões*, a qual conclui brevemente o estudo, com a premissa de abrir novos caminhos e questionamentos a partir das considerações obtidas no estudo.

METODOLOGIA

Para esse estudo, foi escolhido como recurso metodológico a análise bibliográfica, documental e de campo, para a construção deste estudo na modalidade de relato de experiência, à luz do método materialista histórico-dialético, a fim de conseguir analisar a conjuntura de forma crítica e buscar trazer de forma mais dialética e tátil, a realidade hospitalar supracitada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pensar a relação entre Questão Social, Pediatria e Serviço Social, pressupõe analisar onde se localiza o eixo central (porém, não unicausal) desta relação. Através das demandas provenientes da ala pediátrica que chegam ao Serviço Social, identificam-se as expressões da Questão Social como fio condutor e originário destas, reafirmando a premissa de que essas múltiplas expressões da Questão Social são “o objeto sobre o qual incide o trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2012, p. 115). Portanto, para problematizar a relação aqui proposta, toma-se como ponto de partida o resgate do debate que vem sendo realizado sobre a Questão Social.

A discussão sobre a categoria Questão Social tem sido construída não apenas no interior do Serviço Social, mas nas Ciências Sociais como um todo. Pela variedade de abordagens sobre esta

categoria, observa-se que não há uma compreensão hegemônica acerca desta, considerando as concepções científicas, políticas e socioeconômicas que orientam os mais diversos estudos sobre a Questão Social. Na leitura Marxista,

a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da contradição capital/trabalho – a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da ‘questão social’; na sua integralidade, longe de qualquer unicasalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc. (NETTO, 2001, pp. 45-46)

Ao discutir a gênese da Questão Social, (NETTO, 2011) situa-a como processo próprio da sociedade burguesa e capitalista, e justifica sua afirmação no fato de que, no período de instauração do capitalismo, em seu estágio industrial-concorrencial (Século XVIII), “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (op. cit. p. 42).

É válido ressaltar a necessidade que se coloca de discutir a Questão Social de forma não enrijecida, acrítica e ahistórica, ou seja, é preciso reconhecer a Questão Social como fenômeno processual e histórico próprio do modo de produção capitalista, bem como, é preciso compreender que a Questão Social não se trata apenas das expressões que advém da contradição capital/trabalho em si, mas são todas as expressões desta relação que se transformam em demanda política, que envolve diretamente os sujeitos implicados neste processo, as quais podem ser encontradas no pauperismo, na desigualdade socioeconômica, no desemprego, miséria, desproteção social e entre outros.

É no feixe das expressões cotidianas da Questão Social que se encontra o embate teórico entre os autores que diferem da análise acima exposta, e defendem a existência de uma “Nova Questão Social”. Deste ponto, questiona-se: o que há de essencialmente ‘novo’ no processo no processo da contradição capital/trabalho? Pastorini (2010) resgata a discussão sobre a possível “Nova Questão Social”, trazendo autores como Rosanvallon (2007) e Castel (1995) como defensores desse debate.

Castel (1995), ao discutir as metamorfoses da questão social, aborda a temática da “Nova Questão Social” analisando este fenômeno em torno “del derrumbe de la condición salarial” (op. cit. p. 323) ou seja, do colapso da condição salarial, bem como, abordando o processo de ‘exclusão’ e questionando ainda a centralidade do trabalho. Para o autor, a crise da sociedade salarial rompe sua trajetória de crescimento, ao mesmo tempo que tece críticas ao Estado-Providência, afirmando que

en cambio, ha sido menos advertido su correlato paradójico, a saber: que este funcionamiento produce al mismo tiempo efectos individualizantes temibles. [...] El Estado social está en el núcleo de una sociedad de individuos, pero la relación que mantiene con el individualismo es doble. (CASTEL, 1995, p. 331)

Rosanvallon (2007) aponta o rompimento das antigas bases que constituíam e produziam a Questão Social

desde el principio de los años ochenta, el crecimiento de la desocupación y la aparición de nuevas formas de pobreza parecieron, al contrario, llevamos a largo tiempo atrás. Pero a la vez se ve con claridad que no se trata de un simple retomo a los problemas del pasado. Los fenómenos actuales de exclusión no remiten a las categorías antiguas de la explotación. Así, ha hecho su aparición una nueva cuestión social. (ROSANVALLON, 2007, p. 7)

Por este caminho, o autor pauta que o elo de mudança para a “Nova Questão Social” se deu com a crise do Estado-providência, alegando uma “inadaptación de los viejos métodos de gestión de lo social.” (op. cit. p. 8).

Os autores retratam em suas análises concepções acerca da Questão Social que diferem da vertente marxista, por não conferir à referida categoria sua historicidade, enquanto processo socialmente determinado pelo modo de produção capitalista. Castel e Rosavallon contribuem com o debate acerca da concepção de Questão Social, trazendo de fato abordagens diferentes. Todavia, são necessárias as ponderações sobre estas, visto que se tratam de considerações acrílicas quanto à essência da sociedade capitalista, pois o foco aparece nas ‘crises’ e nas expressões derivadas destes processos.

Quanto ao que há de novo na essência da contradição capital/trabalho, considera-se que não há diferenças ou rompimentos estruturais com as bases exploratórias e acumuladoras do modo de produção capitalista. Ao contrário – e sem fatalismo – ao se refazer, adotando novas estratégias e alternativas de exploração, a contradição capital/trabalho, em paralelo ao envolvimento político dos sujeitos nesta relação, se reafirma, se consolida e se legitima.

Dessa forma, reafirma-se a premissa de que as mudanças ocorrem no âmbito das expressões da Questão Social, as quais, de fato, se alteram diante da história, do desenvolvimento das condições materiais na sociedade e das diferentes nações em que os estágios do capitalismo se desdobram.

Silva (2014) estabelece marcações históricas na processualidade da Questão Social no Brasil, apontando suas raízes coloniais, escravistas, coronelistas, operárias, ditatoriais e entre outros aspectos, apontando, por fim, os desafios que se põem à questão social no atual contexto neoliberal e globalizado.

É na atual conjuntura neoliberal que se observam com nitidez os reflexos conservadores que se reestabeleceram (e que nunca deixaram de existir), sejam nas relações de trabalho, nas relações de gênero e etnia, na cultura, nas políticas sociais e entre outros âmbitos. Não há dúvidas quanto ao fato de que nesses pontos incidem com mais avidez as expressões da Questão Social, e que a conjuntura neoliberal e de financeirização do capital, aparece como terreno fértil para ampliar os efeitos perversos da globalização, mascarando

o falso caráter socializador da democracia capitalista, as formas complexas e combinadas de exploração do trabalhador, a organização de fábricas modernas sob o domínio do grande capital, a internacionalização da economia minando as indústrias locais, criando uma nova divisão do trabalho e a formação de um mercado mundial, a concentração de tomadas de decisão pelas grandes instituições criadas pelo consenso de Washington (SILVA, 2014, p. 146)

Todo esse panorama põe ao Serviço Social constantes desafios, sobretudo ao exercício profissional dos/as Assistentes Sociais, que tendo a Questão Social como principal objeto de atuação, estes profissionais têm sua intervenção inserida diretamente no conjunto das expressões advindas deste processo.

Acerca da relação entre Serviço Social e Questão Social, Silva (2014) aponta que o vínculo histórico entre ambos já aparece nas primeiras formas de intervenção dos profissionais. Ao se refazerem os passos históricos de constituição e institucionalização do Serviço Social no Brasil, observa-se que, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2012, p. 135) o Serviço Social tem como maior especificidade “a demanda social que legitima o empreendimento”, ou seja, as expressões da Questão Social.

Com os processos de mudança no interior da profissão, a compreensão acerca da Questão Social também se altera. Inicialmente, pela sua vinculação religiosa e Estatal, o Serviço Social se ergue como “desdobramento da ação católica” (op. cit. p. 174), caracterizando-se como profissão com o intuito – ressalvadas as limitações analíticas deste estudo – de intervir, com ações filantrópicas e benemerentes no controle e organização do proletariado, que na época, protagonizavam movimentos de levantes dos trabalhadores contrários às condições de vida e trabalho que estavam sendo submetidos.

Havia, desde então, a necessidade de intervenção profissional e qualificada nas condições precarizadas de vida da população, entretanto, não estas não eram compreendidas como estruturais da sociedade e produtos da condição capital/trabalho, mas sim como desajustamentos, infortúnios e entre outras concepções essencialmente moralistas.

Atualmente, concebe-se para a profissão, a Questão Social como sendo, o conjunto das expressões advindas do processo de contradição entre capital/trabalho e que se transformam em demandas políticas, sobretudo para o proletariado, que busca em seu cotidiano as alternativas de resistência diante deste processo. Para Yazbek (2001, p. 33), a Questão Social trata-se da “luta pela apropriação da riqueza social. Questão que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural, que não se resolve numa formação econômico social por natureza excludente.”

A respeito da inserção dos/as Assistentes Sociais no âmbito da saúde, pode-se aferir que é antiga no interior da categoria, e é permeada pela complexidade do trabalho na área, seja no que diz respeito às condições de trabalho, à concepção de Saúde que orienta as unidades de saúde, os projetos societários, profissionais e institucionais que se materializam dialeticamente no cotidiano profissional e entre outros, mas sobretudo, ressalta-se a complexidade das demandas que chegam para os profissionais, as quais constantemente requerem conhecimento e articulação da rede e intersetorialidade das políticas.

Durante a experiência vivenciada no cotidiano da Pediatria pode ser observado que as demandas que chegam ao Serviço Social se tratam de expressões claras da Questão Social, e vão desde necessidades pontuais dos/as usuários/as como transporte e viabilização de insumos, à questões de gênero e de crianças inseridas em contexto de violência. Neste sentido, coloco que a motivação principal para desenvolver este relato, partiu da natureza destas demandas, perfeitamente situadas como produto da atual conjuntura de desmonte de direitos e como características expressões da Questão Social.

A questão de gênero na Pediatria, é uma das mais centrais e recorrentes no contexto da Pediatria, pois observa-se que há uma relação desproporcional da quantidade de mulheres responsabilizadas pelo acompanhamento das crianças, se comparada a dos homens. Há, culturalmente, uma certa “preferência” de muitas mães em permanecerem no cuidado dos filhos durante a internação, e consideramos que a raiz deste pensamento, se dá pela ausência da divisão justa entre homens e mulheres das tarefas domésticas e cuidados com os filhos. É, portanto, o reflexo da sociedade patriarcal e machista, na esfera privada das famílias, a qual também incide nas relações de gênero socialmente construídas (BIROLI, 2014). A esse respeito, a autora pontua:

O cuidado com as crianças, com as pessoas doentes e com os idosos, quando entendido como um problema individual ou das famílias como entidades privadas, expõe um dos nós na reprodução da

vulnerabilidade econômica diferenciada de mulheres e homens, sobretudo mulheres pobres. Convencionalmente a responsabilidade pelo cuidado vem sendo atribuída às mulheres. (op. cit., p. 57)

Quanto aos casos de crianças em situação de violência, apontamos inicialmente a recorrência destes na Pediatria do HUOL, que se apresentam como uma realidade preocupante. A exemplo dessa conjuntura, no ano de 2017, entre março e dezembro de 2017, foram atendidos (e notificados) 12 casos de crianças inseridas em contexto de violação grave de direitos, sendo 8 pacientes em situação de violência sexual infantil e 4 em situação de negligência.

Ao que tange a discussão sobre crianças e adolescentes em situação de violência, parte-se aqui da premissa do direito constitucional à vida e a proteção integral, que é assegurado às crianças e adolescentes no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990), o qual afirma que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” (BRASIL, 1990). A normativa legal ainda compartilha a responsabilidade protetiva das crianças em todas as esferas que lhes constituem, delegando-a ao Estado, primordialmente, bem como também à família e à sociedade.

E para tanto, é considerada aqui, enquanto concepção de negligência “a omissão dos responsáveis em suprir as necessidades essenciais para o desenvolvimento saudável da criança” (SEGER, et. al., 2010). A ausência da família e responsáveis do provimento de todo suporte físico, emocional, material e social à criança é aqui considerada enquanto violação de direito, quando essa omissão não é fruto das condições socioeconômicas de privações em que muitas famílias se encontram inseridas, que limitam suas possibilidades de atuação. (GUERRA, 2008)

Já no que diz respeito à violência sexual à crianças e adolescentes, tomamos como base a concepção adotada na Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, que categoriza como “ato ou jogo sexual que ocorre em relação hetero ou homossexual que visa estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 51)

Enquanto profissionais inseridos nessa realidade, é possível inferir que, são encontrados alguns percalços que interferem diretamente na condução dos casos, principalmente no seguimento destes na rede intersetorial de proteção à criança e ao adolescente. Tanto nas questões de abuso sexual infantil, quanto nas questões

familiares, foi necessária a articulação com a rede socioassistencial, para viabilizar as medidas protetivas às crianças. Essa rede se “constitui em uma salvaguarda, para o apoio e a proteção social destinadas aos usuários dos serviços sociais (...). Para ser uma rede os pontos precisam estar bem “amarrados”, ou seja, integrados e articulados para que a rede consiga cumprir o seu papel” (NEVES, 2009, p. 151).

É aí que se encontram, muitas vezes, alguns desafios aos profissionais, que se defrontam com uma rede de proteção fragilizada, que nem oferta e nem dispõe de condições estruturais para atuar, seja em nível municipal, estadual ou nacional. As condições em que se encontram as instituições que compõem a rede socioassistencial dizem muito da capacidade protetiva desta e das possibilidades de atuação dos profissionais que fazem uso dela.

Quanto às outras demandas mencionadas, no que diz respeito à mediação realizada com os municípios adjacentes para a viabilização de transportes, insumos, remédios e exames, por aparecerem de forma mais frequente e serem de resolução “rápida”, são consideradas, muitas vezes, de “menor porte”. Todavia, essas demandas são tão importantes quanto às demais mencionadas, e denunciam outras faces da Questão Social, tais como, a permanente relação coronelista e clientelista ainda persistente no cenário político brasileiro.

Consideram-se aqui que as relações são permeadas ainda por práticas clientelistas, mandonistas e coronelistas (FAUSTO, *et. al.*, 2006), através dos relatos de muitos usuários, afirmando que seus direitos só são acessados, muitas vezes, mediante relações fraternais entre os indivíduos e determinados representantes políticos. Não há, portanto, a perspectiva do direito dos usuários, prevalecendo ainda a lógica dos favorecimentos e da dominação local pelas grandes (e historicamente as mesmas) famílias.

Neste sentido, não há como pensar essa problemática sem considerá-la uma forte refração da Questão Social, como uma expressão do ideário que sustenta as bases do modo de produção capitalista. Dessa forma, tecer estas análises nos possibilita compreender que as expressões da Questão Social se encontram concretamente nas condições de pobreza, miséria, no ranço conservador da questão de gênero e etnia, nas relações de poder político, na negação do direito, na precarização dos serviços públicos, e entre outros, afetando diretamente as relações sociais que se constroem nessas condições.

Quanto ao que chega na ala Pediátrica do Hospital sob a forma de demanda, reflete o todo social e historicamente construído e a gravidade com que esse todo, afeta a vida das pessoas. As

expressões da Questão Social são e também provocam, portanto, desafios cotidianos aos/as Assistentes Sociais.

No âmbito hospitalar, um dos principais desafios começa na identificação das necessidades através dessas demandas. Há que se reavaliar cotidianamente a intervenção profissional, a fim de contemplar – dentro do possível – as novas roupagens que a velha Questão Social assume. Contemplar é colocado aqui não em uma perspectiva de “enquadrar” a demanda na intervenção, mas ampliar a intervenção, de forma racional e crítica sobre a realidade.

Esse exercício de reavaliação permanente da prática profissional caminha na contramão da racionalidade formal-abstrata, que enquanto lógica do capitalismo, tem afetado direta e negativamente diversos âmbitos, desde a organização da sociedade, às políticas sociais e o exercício profissional dos/as Assistentes Sociais. Assim, a reavaliação da prática profissional e de tudo que ela abarca deve ser feita

nas condições concretas em que se realiza o trabalho do assistente social, o que envolve as demandas sociais produzidas pela sociabilidade capitalista, as instituições que incorporam as demandas e organizam ações sociais vinculadas às políticas sociais, atreladas à oferta de serviços sociais (GUERRA, 2013, p. 78-79)

Tornar a prática profissional uma seara passível a avaliação permanente, possibilita a esta a ampliação dos horizontes interventivos, ainda mais quando se tem a particularidade de se tratar do ambiente hospitalar, que historicamente centralizou-se no modelo biomédico, tendo as outras profissões como subordinadas ou “para-médicas” (LEAL, 2015).

Torna-se, pois, imprescindível a realização deste debate no âmbito do Serviço Social na Saúde, por compreendermos o importante papel dos/as Assistentes Sociais na área, que ao estabelecerem essas reflexões das demandas, intervém de forma diferenciada nos processos de trabalho em saúde, afastando-os da concepção biomédica, e os aproximando da concepção da determinação social em saúde, reconhecendo o peso majoritário das condições objetivas de vida da população no processo saúde-doença. Assim, “da adoção dos determinantes sociais como estruturantes dos processos saúde-doença, é que as ações profissionais dos assistentes sociais podem ter maior centralidade, assinalando um novo estatuto ao Serviço Social no campo da saúde.”. (NOGUEIRA; MIOTO, 2009, p. 231)

É, portanto, no bojo das crises e golpes vivenciados no cotidiano, que se localizam as principais demandas e desafios à atuação dos Assistentes Sociais como um todo. Ressalto ainda que não se espera com as análises aqui tecidas, expressarmos uma visão fatalista da sociedade, tampouco uma visão possibilista da profissão,

deslocando-a dos processos em que está inserida, mas enseja-se com esse ensaio teórico, o incremento ao debate acerca dos desafios profissionais no contexto explanado, visando propor através da identificação destes, a discussão sobre outras possibilidades de atuação.

CONCLUSÕES

Ao final deste breve trajeto, foi possível observar a profunda e concreta relação entre Questão Social, Serviço Social e Pediatria, sendo esta estabelecida pelas expressões da Questão Social que chegam sob a forma de demandas provenientes da Pediatria para o Serviço Social. É no cotidiano dessas demandas que se encontra o movimento dialético que envolve o todo, o singular e as particularidades entre estes.

Não obstante, a análise foi feita à luz da concepção de que a Questão Social é produto específico da sociedade capitalista, constituída na contradição capital/trabalho, se expressando sob as formas da pobreza, miséria, negação de direitos, machismo e entre outras refrações. Isso confere à Questão Social um caráter de permanência, quanto as formas essenciais que a engendram, sendo modificadas apenas as aparências e os cenários dessas expressões, negando a premissa de que há uma “Nova Questão Social”.

Assim, esperamos contribuir com os debates profissionais, situando o exercício da profissão como processo profundamente balizado (porém não passivo) pelos vetores sociais de ordem política, econômica, cultural e entre outros, tanto macro como microsociais, a fim de considerar, sobretudo, que a prática profissional, assim como os espaços em que se insere, é dialética, mutável, cotidiana e socialmente construída.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. Justiça e família. In.: **Feminismo e Política: uma introdução.**/ Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli – 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990: **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 25/07/2017.

CASTEL, Robert. **Las Metamorfosis de la Cuestion Social: Una Cronica del Salariado.** In.: Comunicación en las Organizaciones e Instituciones – Cat. II. Disponível em: <https://catedracoi2.files.wordpress.com/2013/05/castel-robert-la-metamorfosis-de-la-cuestic3b3n-social.pdf>. Acesso em: 24/07/2017.

FAUSTO, Boris. O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica. In.: **História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil republicano**, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)/por Boris Fausto... [et al.]; introdução geral de

Sérgio Buarque de Holanda. – 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2ª ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23 ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 37ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LEAL, Kathleen Elane. Serviço Social como Profissão de Saúde: contribuições ao debate. In.: III Colóquio Nacional sobre o Trabalho do Assistente Social. **Anais**. Alagoas: UFAL, 2015. Disponível em: <https://coloquio3.files.wordpress.com/2015/03/o-servic3a7o-social-como-profiss3a3o-de-sac3bade.pdf>. Acesso em: 24/07/2017

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 737 MS/GM, de 16 de maio de 2001: **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**. Brasília, 2001. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_reducao_morbimortalidade.pdf. Acesso em: 13/01/18.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas à Questão Social. In.: **Revista Temporalis**. Ano 2, n. 3. Brasília (DF):ABEPSS, jan/jun, 2001.

NEVES, Marília Nogueira. Rede De Atendimento Social: Uma Ação Possível? In.: **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009 – www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica. Acesso em 25/07/2017.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os Assistentes Sociais. In.: **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional** / Ana Elizabete Mota... [et al.] , (orgs.) . – 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília<DF : OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

PASTORINI, Alejandra Pastorini. **A Categoria Questão Social em Debate**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Rosanvallon, Pierre. **La Nueva Cuestión Social: Repensar El Estado Providencia**. 4ª Ed. Buenos Aires: Manantial, 2007.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: Fundamentos Sócio-Históricos**. 2ª ed. Campinas: Papel Social; Cuiabá: EdUFMT, 2014.

YAZBEK, Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. In.: **Revista Temporalis**. Ano 2, n. 3. Brasília (DF):ABEPSS, jan/jun, 2001.